



GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS PARA A DINÂMICA INCLUSIVA

Juliane Marschall Morgenstern¹ - UNISINOS
Agência Financiadora: Capes/Proex

Resumo: O presente trabalho compõe uma proposta investigativa que vem sendo desenvolvida no âmbito da pós-graduação e visa trazer um debate teórico acerca da governamentalidade neoliberal na produção de sujeitos que respondam a uma dinâmica inclusiva. Nessa perspectiva, busca-se pontuar elementos que coloquem em pauta as práticas inclusivas no contexto atual a partir de noções como governamentalidade e biopolítica desenvolvidas pelo filósofo francês Michel Foucault. Aproximando-se de um campo de estudos pós-modernos, pode-se vislumbrar uma afinidade entre a razão política governamental e as relações de força que têm se colocado na produção de subjetividades no contexto neoliberal. Assim, parece-me pertinente discutir as articulações e os efeitos dos discursos inclusivos no âmbito educacional. Discursos que são produzidos a partir de práticas de governo cuja fonte de governo se centra no mercado e que podem ser lidos como estratégias de subjetivação dos indivíduos.

Problematizações iniciais

O presente trabalho compõe uma proposta investigativa que vem sendo desenvolvida no âmbito da pós-graduação e visa trazer um debate teórico acerca da governamentalidade neoliberal na produção de sujeitos que respondam a uma dinâmica inclusiva. Sem delimitar o entendimento acerca das relações que implica ou pretender fixar algum sentido último a suas ações, este trabalho procura trazer para a discussão a íntima conexão das práticas de governo ao *curso* de vida dos indivíduos, e a forma pela qual constituímos a nós mesmos em suas proposições. Assim, pode-se atentar para as tramas discursivas que nos interpelam e para as tecnologias de subjetivação que constantemente atravessam e posicionam os indivíduos, tornando-os sujeitos.

Ao longo da trajetória acadêmica foi possível aprofundar proposições de pesquisa voltadas ao processo de subjetivação a partir principalmente dos estudos do filósofo francês Michel Foucault. A partir da leitura de algumas obras do autor pode-se verificar a operacionalidade de noções como governamentalidade e biopolítica, as quais se colocaram

¹ Doutoranda em Educação (UNISINOS), São Leopoldo, RS, Brasil. Professora do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria, RS, Brasil.

como centrais para o debate suscitado neste trabalho: *Como a governamentalidade vem conformando modos de ser sujeito na dinâmica inclusiva?*

Nessa perspectiva, busca-se apontar elementos que permitam colocar em pauta as práticas inclusivas no contexto atual. Aproximando-se de um campo de estudos pós-modernos, pode-se vislumbrar uma afinidade entre uma razão política governamental e as relações de força que têm se colocado na produção de subjetividades no contexto neoliberal. Nesse contexto também ocorrem práticas de governo que incidem no eixo ético e político, para a sustentação das redes de mercado e do Estado. Na esteira de uma racionalidade moral as práticas inclusivas têm emergido e viabilizado a existência de um modo de vida neoliberal, atuando de forma articulada a uma razão política de governo.

Práticas de governo e o movimento inclusivo

A educação para todos como viga mestra do organograma liberal-democrático vislumbra a responsabilidade que deve ser assumida por todos no empenho pela inclusão. Dessa forma, coloca-se como pertinente discutir de que modo *todos e cada um* dos indivíduos são convocados a participar do movimento inclusivo, tornando-se agentes de controle do risco e sujeitos parceiros nas redes de uma razão política de governo. Nessa direção, aceno para o entendimento da noção de governamentalidade² tomando-a como importante ferramenta conceitual para o debate proposto. Nos cursos ministrados no Collège de France, Foucault a pontua como

[...] o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (2008b, p.144).

O processo de governamentalização do Estado moderno pode ser visto a partir do encontro de mecanismos de regulação das condutas que ocorrem no âmbito individual e atingem de forma correlata o corpo populacional, quando se institui uma nova razão política. Ou seja, o Estado vai se governamentalizando na medida em que assume a condução das condutas pela agregação de tecnologias de individualização e de totalização para o controle dos sujeitos.

O exercício do poder pode ser visto aqui pela estruturação de um campo de ação sobre outras ações possíveis, voltando tais investimentos de governo às possibilidades de agir sobre

² Faço uso dos termos governamentalidade, governamental - correlatos de governo - no sentido de ação ou arte de governar (VEIGA-NETO, 2002).

a conduta dos outros e de si. Em Foucault, “[...] nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades” (2008a, p. 164).

No âmbito da educação institucionalizada, o indivíduo é capturado por práticas que o objetivam, tornando-o um “objeto passível” de conhecimento, um campo a ser estudado e sobre o qual diferentes discursos são ingeridos, criando em suas narrativas, o próprio sujeito. O indivíduo moderno é desse modo também subjetivado por tecnologias que imperam no eixo ético-existencial e que se relacionam à subjetividade e a verdade. Tais mecanismos, vistos principalmente na sistemática das operações voltadas ao exame e a confissão (FOUCAULT, 2010), colocam em movimento o exercício do poder do indivíduo sobre si mesmo e sobre os outros, forjando a subjetividade ocidental.

Assim é que as práticas de governo se desdobram tanto no campo político quanto moral, ancoradas no princípio de ocupar-se consigo mesmo, o qual torna-se o princípio de conduta racional de vida ativa que se direcionava, por sua vez, a uma racionalidade moral (FOUCAULT, 2006). A arte de governo dos homens no ocidente exige dos conduzidos ademais de atos de obediência e submissão, “atos de verdade”; ele é exigido não proferir a dizer a verdade, mas a fazê-la a propósito de si mesmo (FOUCAULT, 2010). Desse modo, as questões políticas aparecem cada vez mais relacionadas com as questões éticas (LARROSA, 1994).

Ao olhar para as políticas inclusivas que tomam visibilidade no cenário mundial como práticas imbuídas de força principalmente nos anos 90, passo a pensar nas condições que viabilizaram seu aparecimento. Assim, o projeto inclusivo aparece como um braço do neoliberalismo que potencializa suas ações e torna ainda mais *necessário* esse modo de vida. Para tanto, se colocam no centro desse processo técnicas de sujeição e subjetivação mobilizadas para que a inclusão e a exclusão se constituam e operem no jogo neoliberal. Os *sujeitos da exclusão*, capturados pela malha da pluralidade social, *precisam* então ser aceitos e tolerados, produzindo a experiência em relação a si mesmos a partir do imperativo inclusão-tolerância.

Assim, no enredo da pluralidade cultural, a diversidade remonta ao exercício da tolerância como uma prática desejada e até mesmo indispensável ao empreendimento da inclusão/exclusão. Na miscelânea da diversidade, é possível vislumbrar o “ganho” que todos teriam ao conviverem com as “diferenças” - colegas, professores, pais –, ao serem *tolerantes*, *flexíveis*, já que esta se apresenta como uma transformação pessoal enredada no melhoramento e harmonização social. Assim, parece-me pertinente discutir as articulações e

os efeitos dos discursos inclusivos no âmbito educacional. Discursos que são produzidos a partir de práticas de governo cuja fonte de governo se centra no mercado e que podem ser lidos como estratégias de subjetivação dos indivíduos. Estratégias que remetem a um processo cujos efeitos apenas começamos a conhecer (MENEZES, 2011).

Com a inscrição e acento dos princípios democrático-liberais, atento ao modo pelo qual os sujeitos-alunos são levados a verem-se como partícipes desse movimento, empenhando-se para serem incluídos, para ocuparem seu lugar no projeto inclusivo. Ainda,

[...] por uma questão de seguridade, é preciso que as subjetividades produzidas a partir dessa razão de Estado além de desenvolver condições de autoinvestimento [...], também se comprometam com a condução do outro, daquele que por si só não apresenta condições de autoinvestimento. A condução desse outro precisará ser gestada até que ele encontre condições de autocondução, desenvolvendo assim possibilidade de inclusão e permanência no jogo do consumo da sociedade neoliberal (MENEZES, 2011, p. 18).

Tomando por base a economia de mercado, essa nova forma de razão política – (neo)liberal - desloca seu objeto de governo às relações sociais, fazendo com que o próprio *mercado* funcione e se coloque como a lógica, desde a qual, deveriam se movimentar os fenômenos sociais e a conduta dos indivíduos. Nesse contexto, a economia política “passa a ter como objeto o comportamento humano, ou melhor, a racionalidade interna que o anima” (GADELHA, 2009, p. 176).

Nessa lógica governamental, a capacitação e o investimento educacional/profissional dos sujeitos-alunos tem funcionado estrategicamente, garantindo a produtividade desse indivíduo e também a maximização de seus rendimentos. Busca-se assim, a programação das atividades e dos comportamentos dos indivíduos, controlando sua forma de agir, pensar, entender-se por meio de processos de subjetivação gerenciais, e, de princípios que estabeleçam, cada vez mais, relações concorrenciais.

Na dinâmica da concorrência, a ênfase recai sobre o *investimento*, mobilizando as potencialidades de individuação de cada um e incitando relações competitivas assumidas no nível educacional e enredadas nesta normatividade econômico-empresarial. Desse modo, importa debater o investimento de tais tecnologias no espaço educacional, o qual tem se relacionado a idéia de sucesso pessoal e de desenvolvimento sustentável de todo contexto social.

Pode-se destacar ainda, a proximidade desta relação empreendedora ao investimento que vem sendo feito nas competências (as quais *todos* teriam possibilidade de desenvolver), atentando aos componentes de capital humano evidenciados como válidos, - envolvendo o

desenvolvimento de habilidades específicas (quais destrezas devem ser investidas e aprimoradas, etc.), as quais tem aparecido como alvo das práticas de governo.

Considerações Finais

Tais questões vêm aparecendo nas configurações sociais contemporâneas, levando a certos modos de condução dos outros e de si, as quais requerem um debate em torno de sua produtividade. O que esta problematização almejou foi resgatar continuidades, rupturas e deslocamentos do movimento histórico, que possibilitem uma ontologia do presente em suas contingências e (re)articulações. Por tratar-se de novos agenciamentos é que as tecnologias de subjetivação podem ser mobilizadas, de modo a questionar o funcionamento do próprio projeto governamental em que estão enredadas e fazer-se de outros modos. A partir das incitações colocadas por este texto, fica o desejo de que possa desdobrar-se na mobilização de outras problematizações.

Referências

- FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito** (1926-1984). 2 ed. São Paulo: Fontes, 2006.
- _____. **Nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1978- 1979). São Paulo: M. Fontes, 2008a.
- _____. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977- 1978). São Paulo: M. Fontes, 2008b.
- _____. **Ética, sexualidade, política**. Ditos e escritos (1926-1984). 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- GADELHA, Sílvio de Sousa. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. In: **Educação & Realidade**, UFRGS, n. 2, mai/ ago, v. 34, p. 171- 186. Porto Alegre, 2009.
- LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MENEZES, E. C. P. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo.
- VEIGA-NETO, A. Coisas do governo... In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (org). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.